

Identidade, ilusão e alteridade

Winnicott, Freud e o debate identitário contemporâneo

Marcelo Soares da Cruz

Marcelo Soares da Cruz é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

Nota Texto apresentado em conferência proferida no evento “O outro em risco: narcisismo, alteridade e identificação”, organizado pelo curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em 17 de novembro de 2025.

Resumo O artigo distingue identidade, identificação, lutas identitárias e identitarismo a partir de Freud, Winnicott e autores contemporâneos. Sustenta que a identidade pode funcionar como *ilusão necessária* e apoio transicional, favorecendo subjetivação e pertencimento, sem se confundir com fixações defensivas. Argumenta ainda que as lutas políticas por reconhecimento e reparação não devem ser confundidas com o identitarismo, entendido aqui como cristalização defensiva da identidade.

Palavras-chave identidade; identificação; identitarismo; Winnicott; Freud; feminismo.

DOI 10.70048/percurso.76.59-66

Introdução: identidade entre reconhecimento e subjetivação

O debate contemporâneo sobre identidades de gênero, raça, sexualidade, classe e pertencimento cultural ocupa posição central nas disputas políticas e subjetivas do presente. As demandas por reconhecimento, reparação e visibilidade expressam lutas históricas indispensáveis. Convém, porém, explicitar desde a abertura o ponto que orienta este artigo: não pretendo criticar as lutas identitárias em si, nem reduzir a política de reconhecimento a uma patologia defensiva. O que me interessa é: pensar em que condições a identidade funciona como apoio transicional e abertura à subjetivação, e em que condições ela se endurece, convertendo-se em fechamento narcísico ou em forma defensiva de pertencimento.

A proposta é articular alguns aportes da metapsicologia freudiana, da teoria winnicottiana do self e de autores contemporâneos, em especial Silvia Alonso, Renato Mezan, Jurandir Freire Costa, Stuart Hall, Douglas Barros e Adriana Queiroz, para sustentar uma tese precisa: a identidade pode ser compreendida, neste texto, como *ilusão necessária*, isto é, como montagem provisória que confere continuidade, nome e lugar ao sujeito, sem por isso esgotá-lo. Trata-se de uma formulação do autor, inspirada sobretudo em Winnicott e em uma leitura da teoria freudiana das identificações, e não de um conceito freudiano em sentido estrito.



*Freud não oferece
uma teoria da identidade,
mas uma teoria complexa
das identificações. Já Winnicott
privilegia a continuidade
do ser, a experiência de existir
e o papel do ambiente
na constituição do self*

Essa distinção é decisiva. Freud não oferece uma teoria da identidade, mas uma teoria complexa das identificações. Já Winnicott privilegia a continuidade do ser, a experiência de existir e o papel do ambiente na constituição do self. A partir desse encontro teórico, proponho pensar a identidade como efeito secundário e sempre instável de processos de identificação e de experiências de sustentação ambiental. Quando se torna rígida, ela deixa de servir à vida psíquica; quando preserva plasticidade, pode operar como apoio transicional necessário entre o sujeito e o laço social.

Identidade, identificação e política

Antes de abordar criticamente o fenômeno do identitarismo, é necessário distinguir quatro planos que, no debate público, muitas vezes aparecem confundidos.

Em primeiro lugar, a identificação, em sentido freudiano, designa processos múltiplos pelos quais o sujeito se constitui na relação com o outro, com o ideal, com os objetos perdidos, com traços incorporados e com formações coletivas. Trata-se de um processo ao mesmo tempo singular e relacional. As identificações não dizem respeito apenas ao pertencimento social; elas participam da própria constituição do eu, do ideal do eu, da vida fantasmática e das modalidades de laço¹.

Em segundo lugar, emprego aqui o termo identidade para nomear a experiência relativamente estável pela qual o sujeito se reconhece e se apresenta, preservando alguma continuidade de ser. Essa estabilidade nunca é absoluta. Ela depende de uma costura sempre provisória entre corpo, memória, linguagem, história e reconhecimento. Nesse sentido, acompanho Stuart Hall na ideia de identidade como ponto de sutura contingente, mas acrescento, com Winnicott, que essa sutura possui uma base afetiva e experiencial anterior à sua formalização discursiva².

Em terceiro lugar, as lutas identitárias no campo político designam processos legítimos de nomeação coletiva, visibilidade, reivindicação e reparação. Elas emergem em resposta a violências históricas, exclusões estruturais e regimes de desumanização. Nessa acepção, a identidade pode operar como apoio transicional compartilhado: um nome comum que protege, reúne, torna possível falar e agir, e cria condições para que sujeitos antes silenciados ingressem no espaço público³.

Por fim, emprego o termo identitarismo em sentido crítico e restrito. Refiro-me às situações em que a identidade perde mobilidade, absolutiza-se, torna-se critério exaustivo de pertencimento e pureza, e passa a interditar ambivalências, deslocamentos e a própria alteridade. O alvo da crítica, portanto, não é a política identitária enquanto tal, mas a fixação defensiva da identidade, singular ou coletiva, quando ela deixa de ser mediação e passa a funcionar como fim em si mesma⁴.

A identidade em Freud: efeito das identificações, ficção estabilizadora

Como já indicado, identidade não é um conceito freudiano propriamente dito. O que Freud oferece é uma teoria densa e decisiva das identificações. Em *Psicologia das massas e análise do Eu* e em *O Eu e o Isso*, o eu aparece como instância derivada, heterogênea e dividida, composta por traços incorporados, exigências pulsionais, ideais e compromissos defensivos. A unidade do eu não

é originária; é uma conquista sempre parcial e sempre ameaçada⁵.

Desse ponto de vista, a identidade pode ser deduzida da teoria freudiana como efeito relativamente estável, porém instável em seu fundamento, das identificações que organizam a vida psíquica. Ela oferece alguma coesão e algum contorno ao sujeito, mas o preço dessa coesão é que o eu se constitui precisamente a partir do outro. Aquilo que o sujeito experimenta como “si mesmo” já traz, em sua intimidade, marcas de alteridade. Essa é uma das fontes do paradoxo central do artigo: a identidade é necessária porque sem ela a experiência se desagrega; mas é também ilusória porque a unidade que promete nunca coincide integralmente com a verdade do sujeito.

Freud mostra ainda que, em certas formações grupais, o pertencimento pode envolver submissão narcísica ao ideal do grupo e hostilidade diante das pequenas diferenças. Não se trata de dizer que todo coletivo funcione assim, mas de reconhecer que determinadas formas de pertencimento oferecem ao eu uma coesão imaginária às custas da ambivalência, da dúvida e da singularidade. Quando isso ocorre, a identidade protege contra o desamparo e a angústia, mas também empobrece a vida psíquica⁶.

A identidade, nessa leitura, é paradoxal: ao mesmo tempo que amarra, simplifica; ao mesmo tempo que protege, pode empobrecer; ao mesmo tempo que sustenta a presença de si, pode defender o sujeito contra aquilo que nele permanece

»
a identidade,
nessa leitura, é paradoxal:
ao mesmo tempo
que amarra, simplifica;
ao mesmo tempo
que protege,
pode empobrecer

estranho, contraditório e não dominado. Esse caráter paradoxal é central para a discussão posterior sobre o campo político. Uma identidade pode ser recurso de sobrevivência e condição de fala, sem por isso deixar de correr o risco de converter-se em fortaleza narcísica.

Winnicott: *ilusão necessária*,
continuidade do ser e apoio transicional

Winnicott desloca o eixo do conflito pulsional para a relação do bebê com o ambiente. Em sua concepção, a experiência de um ambiente suficientemente bom permite a emergência do verdadeiro self, fundado na espontaneidade, na criatividade e na continuidade do ser. Já a falha ambiental crônica favorece a formação do falso self, organização defensiva adaptada às exigências externas, que garante sobrevivência ao custo da vitalidade subjetiva⁷.

É nesse contexto que o autor introduz o conceito de *ilusão necessária*. No início da vida, o bebê vive a experiência de criar aquilo que encontra. Essa ilusão fundante, sustentada pelo cuidado materno e pela confiabilidade ambiental, não é erro a ser corrigido desde logo; é condição de possibilidade do self. Mais tarde, a desilusão deve ser introduzida de forma gradual. Se ela é antecipada, o mundo subjetivo colapsa; se é abolida, o amadurecimento fica comprometido. A saúde psíquica depende,

1 S. Freud, “Psicologia das massas e análise do Eu”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18; “O Eu e o Isso”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19.

2 D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação; O brincar e a realidade*.

3 S.L. Alonso, “O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da sedução generalizada”, *Percurso*, ano XXIX, n. 56/57; A.S. Queiroz, “Identidade, colonialidade e psicanálise: articulações possíveis”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 57, n. 2.

4 D. Barros, *Identitarismo e neoliberalismo*; E. Roudinesco, *O Eu soberano*.

5 S. Freud, “Psicologia das massas...”; “O Eu e o Isso”.

6 S. Freud, “Psicologia das massas...”.

7 D.W. Winnicott, *O ambiente...*



*a ideia de falso self
coletivo não designa
um atributo essencial
de movimentos políticos,
mas um risco imanente
a qualquer formação
identitária quando ela
se fecha sobre si mesma*

portanto, de uma oscilação bem-sucedida entre ilusão e desilusão, dependência e separação⁸.

A partir desse enquadre, proponho pensar a identidade como apoio transicional. Ela não é substância nem essência. É um modo de habitar o mundo, de ocupar um lugar, de reconhecer-se e ser reconhecido sem que tal reconhecimento elimine a abertura do self. Quando a identidade funciona bem, preserva algo do brincar: permite nomear-se sem enclausurar-se, pertencer sem abolir a singularidade, encontrar reconhecimento sem exigir coincidência total entre nome e ser⁹.

Essa formulação ajuda a esclarecer um ponto importante do texto. Quando afirmo que a identidade pode operar como *ilusão necessária*, não estou dizendo que identidades sejam meras ficções descartáveis, tampouco que devam ser deslegitimadas politicamente. Quero dizer que elas cumprem uma função psíquica e relacional indispensável, sobretudo em contextos de precariedade, violência ou desamparo. O problema não está no apoio transicional em si, mas em sua cristalização. Uma identidade saudável não elimina o inacabamento do sujeito; oferece-lhe, antes, um apoio para poder suportá-lo.

Da dimensão singular ao plano coletivo: em que sentido falar em falso self coletivo?

A transposição do pensamento de Winnicott para o plano coletivo exige cautela. Não se trata de supor a existência de um “psiquismo coletivo” homogêneo, nem de psicologizar diretamente

processos históricos e políticos. A analogia, para ser fecunda, precisa ser mediada. O ponto não é dizer que grupos “tenham” um falso self do mesmo modo que indivíduos o têm; o ponto é observar que certas formas coletivas de pertencimento podem exigir dos sujeitos modalidades defensivas de adesão, enunciação e vigilância recíproca análogas, em sua função, ao falso self¹⁰.

Isso ocorre quando o pertencimento passa a depender da apresentação contínua de coerência, pureza e conformidade, e quando a divergência interna é vivida como ameaça de desintegração. Nesses casos, a identidade coletiva deixa de operar como apoio transicional para o ingresso no espaço público e passa a funcionar como dispositivo de estabilização defensiva. O grupo oferece amparo real, mas também pode solicitar que o sujeito renuncie a ambiguidades, zonas de indeterminação e movimentos criativos em nome da segurança do pertencimento.

Assim entendida, a ideia de falso self coletivo não designa um atributo essencial de movimentos políticos, mas um risco imanente a qualquer formação identitária quando ela se fecha sobre si mesma. Não decorre da existência de lutas identitárias, e sim de seu possível endurecimento. Em vez de mediação entre sofrimento, nomeação e ação, a identidade torna-se então prova permanente de fidelidade, organizando o laço pela defesa contra a alteridade e não pela abertura a ela.

Essa passagem do apoio à cristalização ajuda a articular, sem reduzi-las uma à outra, as dimensões singular e coletiva. São sujeitos concretos, com suas histórias e vulnerabilidades, que participam dos coletivos; ao mesmo tempo, são os dispositivos discursivos, institucionais e grupais que podem favorecer ou não formas mais plásticas de pertencimento. O fenômeno é, portanto, simultaneamente psíquico e político.

Apoios transicionais, lutas identitárias e reparação histórica

As necessárias lutas identitárias no campo político não devem ser confundidas com aquilo que tem

recebido criticamente o nome de identitarismo. Em contextos de racismo, misoginia, LGBTfobia, colonialismo e exclusão estrutural, a nomeação identitária pode constituir recurso de sobrevivência, dignidade e ação coletiva. Nesses casos, o nome compartilhado não reduz o sujeito; ele lhe devolve condição de palavra, inteligibilidade e proteção. É nesse sentido que proponho compreendê-lo como apoio transicional necessário¹¹.

As contribuições de Silvia Alonso, assim como textos de Renato Mezan e Jurandir Freire Costa, ajudam a sustentar essa distinção. A politização das diferenças não é um desvio da clínica nem uma ameaça externa ao pensamento psicanalítico. Ela obriga a psicanálise a abandonar o mito do indivíduo abstrato e a considerar os modos pelos quais corpo, linguagem, gênero, raça, sexualidade e história atravessam a constituição psíquica. A questão não é escolher entre singularidade e política, mas pensar como uma singularidade se constitui sempre em campos históricos desiguais¹².

Por essa razão, as políticas identitárias podem ter função subjetivante. Ao nomear experiências de humilhação, violência e apagamento, produzem condições de reconhecimento e reinscrição simbólica. O sujeito, ou o grupo, deixa de aparecer apenas como objeto de classificação alheia e passa a ocupar uma posição de enunciação. Essa passagem é decisiva e não deve ser minimizada em nome de uma crítica genérica às identidades.

O identitarismo sob crítica: quando a identidade se cristaliza

O termo identitarismo deve ser reservado, a meu ver, para designar outra configuração. Ele aparece

em chave winnicottiana,
 diríamos que o identitarismo
 começa quando o nome
 deixa de servir
 ao brincar e passa a
 substituir a experiência

quando a identidade se converte em medida totalizante do sujeito e do laço, quando a legitimidade política se reduz à autenticidade identitária, e quando o pertencimento passa a depender da supressão da ambivalência e da alteridade. Nessa configuração, a identidade deixa de funcionar como apoio transicional e tende a operar defensivamente¹³.

Douglas Barros descreve o identitarismo como produção subjetiva compatível com formas neoliberais de segmentação, consumo e vigilância. A advertência é importante porque mostra que uma linguagem de diferença pode ser capturada por dispositivos que transformam marcas históricas de opressão em nichos de mercado, signos de gestão e performances de pureza. Adriana Queiroz, por sua vez, propõe uma mediação mais cuidadosa entre psicanálise e pensamento decolonial, advertindo que a crítica ao identitarismo não pode servir para desqualificar o campo inteiro das lutas por reconhecimento. Essa mediação é fundamental e orienta a posição que sustento aqui¹⁴.

Em chave winnicottiana, diríamos que o identitarismo começa quando o nome deixa de servir ao brincar e passa a substituir a experiência. O sujeito precisa provar incessantemente quem é, e o coletivo precisa decidir permanentemente quem pertence e quem não pertence. A identidade endurecida oferece abrigo contra o desamparo, mas cobra alto preço: redução da

8 D.W. Winnicott, *O brincar...*

9 D.W. Winnicott, *O brincar...*; *O ambiente...*

10 D.W. Winnicott, *O ambiente...*; D. Barros, *Identitarismo...*

11 D.W. Winnicott, *O brincar...*

12 S.L. Alonso, "O conceito de gênero..."; R. Mezan, *Psicanálise, cultura e política: escritos escolhidos*; J.F. Costa, *A ética e o espelho da cultura*.

13 D. Barros, *Identitarismo...*; E. Roudinesco, *O Eu soberano...*

14 D. Barros, *Identitarismo...*; A.S. Queiroz, "Identidade, colonialidade e psicanálise...".



*a clínica não
deve confirmar
identidades de modo
acrítico, mas tampouco
deve desautorizá-las
em nome de uma suposta
verdade mais profunda*

complexidade, repetição narcísica e empobrecimento da criatividade política. O resultado é que a forma de resistência pode, paradoxalmente, reproduzir a lógica normativa que pretendia contestar.

Esse é também o ponto em que a formulação inicial do artigo precisa ser retomada de modo inequívoco. A frase final não pode sugerir que toda política identitária conduz ao fechamento defensivo. O que conduz a esse fechamento é a cristalização da identidade, não sua emergência como linguagem de luta. A crítica dirige-se à absolutização, não à nomeação; ao fechamento, não à disputa política; à identidade transformada em destino, não à identidade assumida como travessia.

Feminismos, diferença e criatividade

Os feminismos contemporâneos oferecem um campo privilegiado para compreender essa distinção. Silvia Alonso mostra como as diferenças sexuais e de gênero, longe de serem apenas classificações normativas, podem tornar-se pontos de elaboração crítica, deslocamento e invenção subjetiva. Mulheres, mulheres negras, lésbicas, pessoas trans, sujeitos historicamente desautorizados a falar, encontram em certos nomes coletivos um modo de interromper o silenciamento e inscrever-se no laço social¹⁵.

Aqui, novamente, a noção de *ilusão necessária*, tal como desenvolvida anteriormente, torna-se útil. Nomear-se pode ser uma tática de amarração e proteção sem que isso implique fechamento identitário. Em sua melhor potência, a política da diferença não visa produzir essências, mas abrir espaço para vidas antes tornadas ininteligíveis. A sexualidade, como lembra Alonso, precisa permanecer a serviço da criatividade, e não da normalização.

É por isso que a crítica psicanalítica às cristalizações identitárias deve ser rigorosa, mas também precisa preservar discernimento político. Nem toda ênfase na identidade é narcísica; nem toda reivindicação de lugar implica pureza; nem toda coesão coletiva equivale a submissão. A tarefa é distinguir, em cada caso, quando a identidade sustenta a expansão da experiência e quando passa a defendê-la de forma empobrecida.

Subjetivação, alteridade e clínica: escutar o que não cabe em nome algum

A clínica, nesse contexto, não deve confirmar identidades de modo acrítico, mas tampouco deve desautorizá-las em nome de uma suposta verdade mais profunda. Sua tarefa é mais difícil e mais ética: oferecer um espaço em que a identidade possa ser habitada, interrogada e transformada sem ser humilhada. O analista não escuta “a mulher”, “o negro” ou “o trans” em abstrato; escuta aquela mulher, aquele sujeito negro, aquela pessoa trans, com sua história singular, seus fantasmas, seus afetos, suas contradições e seus modos próprios de sofrer e inventar¹⁶.

A clínica mostra com frequência que o sofrimento contemporâneo se organiza em torno de uma tensão entre nome e experiência. Há sujeitos que chegam com uma autodescrição muito coerente, mas pouco enraizamento afetivo em si mesmos; outros, ao contrário, encontram em um nome identitário a primeira condição para começar a existir simbolicamente. Em ambos os casos, a questão analítica não é desfazer identidades,

mas restituir-lhes mobilidade, espessura e capacidade de jogo.

Nessa perspectiva, a análise pode ser compreendida como espaço potencial em que o sujeito volta a brincar com suas identificações. O nome deixa de ser prisão e pode voltar a ser metáfora, ponte, experimentação. A identidade não é negada, mas reinscrita na economia mais ampla do desejo, da alteridade e da criatividade.

Conclusão: identidade como travessia, não destino

Integrando Freud, Winnicott e autores contemporâneos, proponho compreender a identidade como montagem transitória, *ilusão necessária* e apoio transicional. Ela não é essência, nem mero efeito ideológico; é uma forma de amarração sem a qual o sujeito e os coletivos não podem sustentar continuidade, linguagem e reconhecimento. Mas sua função só permanece viva quando ela não se absolutiza¹⁷.

Retomo, assim, a tese central do artigo. A crítica ao identitarismo não equivale a uma crítica às lutas identitárias. Ao contrário, depende de distingui-las com precisão. As lutas por reconhecimento e reparação podem ter função subjetivante e politicamente emancipatória. O identitarismo

começa quando a identidade deixa de ser mediação e se transforma em destino, pureza ou prova de pertencimento. Em termos winnicottianos, poderíamos dizer: o problema não está no apoio transicional necessário, mas na impossibilidade de brincar com ele¹⁸.

Freud nos ensina a desconfiar das promessas de unidade plena; Winnicott nos ensina a valorizar os apoios sem confundi-los com a verdade última do self. Entre ambos, abre-se uma via fecunda para pensar a política e a clínica no presente: sustentar identidades sem idolatrá-las, reconhecê-las sem reificá-las, e preservar, no centro delas, a abertura constitutiva do sujeito à alteridade.



retomo, assim,

a tese central do artigo.

*A crítica ao identitarismo
não equivale a uma crítica*

às lutas identitárias.

Ao contrário, depende

de distingui-las

com precisão

15 S.L. Alonso, "O conceito de gênero..."; "Feminismos, psicanálise e política", *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 1.

16 R. Mezan, *Psicanálise, cultura e política...*

17 S. Freud, "Psicologia das massas..."; "O Eu e o Isso"; D.W. Winnicott, *O brincar...*; *O ambiente...*

18 D.W. Winnicott, *O brincar...*

Referências bibliográficas

- Alonso S.L. (2016). O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da produção generalizada. *Percurso*, ano XXIX, n. 56/57, p. 81-90.
- _____. (2019). Feminismos, psicanálise e política. *Clínica & Cultura*, v. 8, n. 1, p. 101-111.
- Barros D. (2024). *Identitarismo e neoliberalismo: crítica filosófica da subjetividade contemporânea*. São Paulo: n-1.
- Costa J.F. (2002). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2023). Prefácio. In: *A um velho terapeuta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud S. (1921/1996). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1923/1996). O Eu e o Isso. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago.
- Hall S. (1996). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Mezan R. (2018). *Psicanálise, cultura e política: escritos escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Queiroz A.S. (2023). Identidade, colonialidade e psicanálise: articulações possíveis. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 57, n. 2, p. 45-62.
- Roudinesco E. (2019). *O Eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Winnicott D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

Identity, illusion, and otherness: Winnicott, Freud, and the contemporary identity debate

Abstract This article distinguishes identity, identification, identity-based political struggles, and identitarianism through Freud, Winnicott, and contemporary authors. It argues that identity may function as a *necessary illusion* and a transitional support, fostering subjectivation and belonging without collapsing into defensive fixations. It also argues that political struggles for recognition and reparation should not be confused with identitarianism, understood here as the defensive crystallization of identity.

Keywords identity; identification; identitarianism; Winnicott; Freud; feminisms.

Texto recebido: 11/2025

Aprovado: 03/2026